



LARA, Gláucia Muniz Proença. A Gramática como discurso: uma análise semiótica da “Grammatica” de Eduardo Carlos Pereira. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 10, Dezembro 2011. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

A GRAMÁTICA COMO DISCURSO: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DA “GRAMMATICA” DE EDUARDO CARLOS PEREIRA¹

Gláucia Muniz Proença Lara²

RESUMO

No presente trabalho, analisamos a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira, dada sua relevância como testemunha do processo de “gramatização” brasileira do português, ocorrido no final do século XIX/início do século XX. Tomando a referida obra como discurso, examinamos as imagens da língua que nela se constroem por meio de categorias tomadas de empréstimo à semiótica greimasiana, a partir de dois aspectos fundamentais: de um lado, os contratos que se estabelecem entre enunciador e enunciatário e, de outro, os cruzamentos que ocorrem nesse discurso (intertextualidade), em função das determinações sócio-históricas (relação texto/contexto).

PALAVRAS-CHAVE: gramáticas brasileiras; discurso; semiótica; língua portuguesa; imagens.

ABSTRACT

In this paper, we analyze the book *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, by Eduardo Carlos Pereira, due to its relevance as a witness of the Brazilian “grammatization” process of the Portuguese language, which occurred at the end of the XIX century/beginning of the XX century. Taking such a book as discourse, we examine the images of the language it builds by means of some categories borrowed from Greimas’ semiotics: on the one hand, the contracts established between enunciator and enunciatee; on the other hand, the intersections which take place in this discourse (intertextuality), on account of the social-historic determinations (relationship between text and context).

KEYWORDS: Brazilian grammars; discourse; semiotics; Portuguese language; images.

1. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VII Congresso Internacional da ABRALIN, realizado na Universidade Federal do Paraná, em fevereiro de 2011.

2. Docente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro do Núcleo de Análise do Discurso (NAD).

Introdução

Conforme afirma Orlandi (2000, p. 20-22), nossos estudos de linguagem passaram a caracterizar-se como uma questão brasileira apenas a partir do século XIX, quando se colocou o problema do português do Brasil e não apenas a questão do português. Foi nesse momento que começaram a ser produzidas as gramáticas brasileiras da língua portuguesa, dando-se início ao processo de “gramatização”³ brasileira do português.

No final do século XIX/início do século XX, com as instituições escolares já organizadas, começaram a aparecer as primeiras gramáticas de professores de colégios localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, cujas filiações predominantes foram a da Gramática Histórica e a da Gramática Filosófica, respectivamente. No Rio de Janeiro, podem ser citadas, por exemplo, a *Grammatica portugueza*, de João Ribeiro (1887) e a *Grammatica analytica (descriptiva)*, de Maximino Maciel (1887); em São Paulo, a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881) e a *Grammatica expositiva – curso superior* (1907), de Eduardo Carlos Pereira, obra importante dada a sua longevidade no cenário escolar: foram 114 edições, o que levou Soares (2002) a considerá-la como um dos livros (gramáticas escolares) de presença mais intensa e duradoura nas salas de aula.

Nessa perspectiva, constatamos que a emergência das Gramáticas Brasileiras significou, em última análise, a “tomada em mãos pelos brasileiros do processo de gramatização do português em nosso território”. A noção “ser autor de gramática no Brasil” sofreu, pois, um deslocamento, na medida em que já não se tratava mais de assumir um saber linguístico como mero reflexo do saber gramatical português, mas de tomar para si a responsabilidade e a autoridade de descrever o português do Brasil em toda a sua singularidade (ORLANDI, 2000, p. 21). Com esse “gesto de autoria”, os primeiros gramáticos brasileiros (Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Lameira de Andrade e Pacheco Silva, entre outros), mais do que simplesmente deslocar a produção das gramáticas do português para o território nacional, participaram da construção do Estado Brasileiro.

Considerando a relevância da *Grammatica expositiva – curso superior*, de Eduardo Carlos Pereira⁴ no contexto descrito acima e sua já mencionada longevidade no cenário escolar, tomaremos essa obra como discurso e a examinaremos à luz de categorias tomadas de empréstimo à semiótica greimasiana, em busca das imagens da língua que nela se constituem.

3. O termo “gramatização”, cunhado por Auroux (1994, p. 9), pode ser definido como o processo que, a partir da Renascença europeia, levou à produção de dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo, com base na tradição greco-latina. Trata-se, segundo o autor, de uma verdadeira revolução tecnológica.

4. Para este estudo, tomaremos a 46ª edição (1926). Lembramos que Pereira publicou duas *Grammaticas expositivas* – uma para o curso elementar e outra para o curso superior –, sendo apenas essa última nosso objeto de estudo.

Bases teórico-metodológicas

Para analisar a obra em foco, levaremos em conta dois aspectos fundamentais: de um lado, os contratos que se estabelecem entre enunciador e enunciatário e, de outro, os cruzamentos discursivos que ocorrem nesses discursos (intertextualidade), em função das determinações sócio-históricas (relação texto/contexto).

As relações contratuais entre enunciador e enunciatário são, para a semiótica, relações de comunicação e de manipulação. Assim, o enunciador propõe, com base num fazer persuasivo, um contrato, um acordo ao enunciatário e este, através de um fazer interpretativo, aceita ou rejeita o contrato proposto. Cabe, portanto, ao analista apreender os diferentes procedimentos persuasivos que levam o enunciatário a acreditar na *verdade* do discurso e dos valores em jogo, observando se os argumentos utilizados são da ordem do inteligível (valores éticos), do sensível e/ou do sensorial (valores éticos) e, ao mesmo tempo, examinando as relações afetivas e passionais que se estabelecem entre os participantes do contrato enunciativo (valores afetivos) (BARROS, 1999, p. 11-12).

Na análise que faz de gramáticas e dicionários, em busca do “discurso da norma”⁵, Barros (1999, p. 6) propõe, no que tange a essas relações contratuais, dois blocos principais de procedimentos: o das modalizações dos sujeitos e objetos envolvidos e o das projeções enunciativas de pessoa e de tempo.

A primeira questão diz respeito a dois tipos de modalização: a modalização pelo ser (ou modalização de existência do objeto) e as modalizações pelo dever, querer, poder e saber ser ou fazer, que atribuem competência e existência ao sujeito. De acordo com Greimas & Courtés (1993, p. 97), ao lado da modalização pelo fazer, que incide sobre a competência modal do sujeito de fazer, qualificando-o para a ação, encontra-se a modalização pelo ser, que dá existência modal ao sujeito de estado, modificando o estatuto dos objetos que estão em conjunção com ele e definindo estados passionais.

A segunda questão remete às projeções enunciativas de pessoa e de tempo, que produzem efeitos de sentido diversos e que também fazem parte dos recursos de persuasão do enunciador. Há dois tipos de projeção de pessoa: a enunciativa, em que se instala o eu do discurso, e a enunciva, em que se projeta o ele discursivo. As projeções (debregens) enunciativa e enunciva criam, em princípio, dois grandes efeitos de sentido: de subjetividade e de objetividade (FIORIN, 1996, p. 45). Também em relação ao tempo, temos as projeções enunciativa e enunciva, em que se instalam, respectivamente, o

5. Trata-se do projeto Conceitos e imagens da norma no português falado no Brasil: o discurso da gramática (1999), que integrou um projeto mais amplo sobre a história das ideias linguísticas, desenvolvido por pesquisadores brasileiros e franceses (acordo CAPES/COFECUB). As categorias de análise que adotamos no presente trabalho são, em linhas gerais, calcadas na metodologia proposta pela autora.

agora do discurso e o *então*. No caso da obra em foco, buscaremos verificar como os enunciadores se projetam naquilo que dizem e quais são os efeitos de sentido que decorrem dessas projeções.

Quanto ao segundo aspecto discriminado na parte inicial desta seção – o das determinações sócio-históricas dos manuais em questão – Barros (1999, p.16-17) propõe duas vertentes no quadro da teoria semiótica: o exame da semântica do discurso e o estabelecimento de relações intertextuais.

No que diz respeito às relações intertextuais, a questão que se coloca é a de pensar o contexto como outros textos com os quais o texto em exame dialoga, seja esse diálogo harmônico ou polêmico. Já no âmbito da semântica do discurso, cabe estudar os percursos temáticos – e as figuras ocasionais – que permeiam o discurso dos manuais, uma vez que se trata de um discurso predominantemente temático ou de figuração esparsa, como prefere Barros (1999). Vemos, assim, que as imagens da língua (da norma) estão estreitamente relacionadas às determinações sócio-históricas que os percursos temáticos (e as figuras eventuais) deixam entrever.

São essas, em suma, as categorias da semiótica greimasiana, nos níveis narrativo e discursivo, que utilizaremos em nossa análise. É preciso deixar claro que a aplicação dos conceitos, modelos e procedimentos semióticos está submetida à singularidade irreduzível de cada texto, não se constituindo, portanto, numa camisa de força a que se deve conformar todo e qualquer texto. Como aponta Bertrand (2003, p. 73), inspirado em Ricoeur, a análise está a serviço do texto (e não o contrário): “explicando-o mais, ela permite compreendê-lo melhor”.

Análise semiótica da *Grammatica*

O exame da folha de rosto da *Grammatica expositiva – curso superior* (46ª. edição, 1926), já nos permite destacar algumas características relevantes dessa obra. Logo abaixo do título, há duas indicações importantes. A primeira delas informa ao leitor que a gramática foi “aprovada pela Congregação do Gymnasio Official de São Paulo”.⁶ Essa indicação, comprovada pela classificação da obra como livro didático pertencente à Bibliotheca Pedagógica Brasileira, mostra que se trata de um manual voltado basicamente para o ensino. A segunda indicação é a seguinte epígrafe em francês, atribuída a A. Darmesteter, que reaparece traduzida no corpo do texto: “Il existe donc une bonne tradition: la grammaire a le devoir de la faire connaître et de la defendre contre toute altération. C’est en enseignant le bon usage qu’elle se ne content pas d’être science, mais devient art. ” (PEREIRA, 1926, p. 3)

Essa epígrafe deixa claro o caráter prescritivo da gramática em questão, sobretudo através da utilização da expressão “bom uso” (“boa tradição”) e da modalidade deôntica do dever. Constrói-se,

6. Nos trechos e exemplos extraídos da gramática mantemos a grafia original, bem como os destaques (uso de letras maiúsculas, negritos e itálicos) feitos pelo autor.

assim, o discurso da boa norma, apesar de o título da obra nos levar a crer que poderia tratar-se de uma gramática de usos. O “bom uso” pode ser descrito, em termos semióticos, como aquele que deve-ser (porque é melhor que os outros), o que aponta, de forma complementar, para outros usos que, tomados como desqualificados, desprestigiados ou errados, são proibidos (devem não-ser), indesejáveis (se quer que não sejam) ou mesmo impossíveis (não podem ser). Trata-se, pois, de uma imagem de língua heterogênea, mas com usos hierarquizados, o que remete ao discurso da boa e da má norma.

Essas constatações são confirmadas pelas observações que vêm em letras pequenas ainda na parte introdutória. Nelas, o autor retoma, amplia e traduz a epígrafe da folha de rosto, atribuída ao “exímio romanista” Arsène Darmesteter, “cuja autoridade está acima de qualquer contestação” (argumento de autoridade): “Da antiga Roma nos veio esta definição: *A grammatica é a arte de escrever e falar corretamente*. Existe uma boa tradição: a grammatica tem o dever de a tornar conhecida e defendê-la contra qualquer alteração. É ensinando o bom uso que ella não se contenta em ser sciencia, e torna-se arte. (p. 3; grifos do original).

A concepção de gramática como a “arte” de escrever e falar corretamente, ideia recorrente entre os gramáticos dos séculos XVI e XVII (FÁVERO, 1996), mantém-se intocada no início do século XIX, justificando o discurso da obra ora em exame. As observações referentes à folha de rosto e ao capítulo introdutório (Noções preliminares) não deixam, pois, dúvida sobre o caráter prescritivo da gramática de Eduardo Carlos Pereira. Nela predomina, portanto, o discurso da boa e da má norma, embora esse último possa ficar, algumas vezes, implícito.

Assim, ao se propor como gramática expositiva, a obra em foco realmente anota o uso, mas esse uso é o “bom uso dos locutores de prestígio”: as autoridades clássicas de reputação incontestada, sobretudo os escritores modernos (como, por exemplo, Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho). Não podemos deixar de lembrar aqui os “barões doutos” de João de Barros, no século XVI (FÁVERO, 1996).

Desse modo, embora Pereira chegue a questionar ou condenar alguns – poucos – usos feitos pelos escritores modernos, são eles, no geral, os locutores de prestígio que vão referendar o uso linguístico desejável (modalizado pelo querer) e necessário (modalizado pelo dever), porque tido como o melhor - mais bonito, mais sonoro, mais correto (valores éticos e estéticos) -, ou seja, a norma culta, que acaba por identificar-se à própria língua. Essa identificação produz, algumas vezes, um efeito de sentido de “naturalização” ou de “normalização” (o normativo torna-se “normal”, “natural”), aproximando-se da modalização pelo ser. Uma observação importante é a de que Pereira convoca um número maior de escritores portugueses do que de escritores brasileiros como usuários de prestígio para ilustrar ou corroborar a teoria gramatical exposta.

Quanto ao referencial de que se vale para amparar suas teorias gramaticais, Pereira cita “mes- tres de reconhecida competencia, taes como - *F. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer, Mason, Bain, Brachet, Andres Bello, F. Zambaldi* -” (p. VIII; grifos do autor), além de um grande número de gramáticos anti- gos e modernos, entre os quais podem ser mencionados os portugueses Cândido de Figueiredo e An- tônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos e os brasileiros João Ribeiro, Maximino Maciel, Alfredo Gomes, Soares Barbosa, Sotero dos Reis e Augusto Freire da Silva.

Passemos à análise do corpo da gramática. Também aí predomina o discurso da boa e da má norma, que remete a uma imagem de língua heterogênea, com usos hierarquizados. Há, pois, usos que devem-ser (prescritos e necessários) e outros que devem não-ser (proibidos), que se quer que não sejam (não recomendados) ou mesmo que não podem ser (impossíveis), como no exemplo 5 abaixo. Nele uma determinada construção é tomada como não pertencendo à língua. Trata-se da modalização pelo ser (ser/não ser português), numa concepção de língua homogênea, sem variação, em que se pas- sa, portanto, da “normatização” (discurso da boa e da má norma – exemplos de 01 a 04) à “normaliza- ção” (discurso da norma única – exemplo 05). Vejamos:

(01) Deante da regra antecedente, o emprego correto de CUJO deve preencher as seguintes condições: 1. Deve ter antecedente e conseqüente diferentes. 2. Deve ser conversível em do qual, da qual, dos quaes, das quaes. (p. 277)

(02) Ha nestes exemplos a ellipse do verbo regente que justifica a fórmula impessoal, tornando-a obrigatória. (p. 307)

(03) 2ª. [regra] Não se escreva consoante dobrada ou insonora sem motivo etymo- logico. (p. 41)

(04) É erro vulgar no Brasil dar ao caso recto dos pronomes substantivos funções objectivas, p. ex. Eu vi ELLE, elle viu NÓS, chama EU, em vez de – eu O vi, elle NOS viu, chama-ME. (p. 193).

(05) Assim, é frequente lermos: Confesso que tenho amor por elle: - tinha mui- to respeito por seu pae. É exactamente a contextura franceza: J'avoue que j'ai du pechant pour lui: - il avait beaucoup de respect pour son père. Não podemos deixar de declarar que será isto tudo quanto quizerem, menos portuguez. (p. 239)

Como podemos ver nesses exemplos, a prescrição, relacionada ao discurso da boa norma, aparece no uso do verbo dever e de palavras e expressões como “regra”, “[forma] obrigatória” e “emprego correto”. Caracteriza, por sua vez, o discurso da má norma principalmente o uso do vocábulo “erro”. Ocorre ainda, nos dois discursos, o imperativo (valor deontico): “não se escreva”.

Para o discurso da boa e da má norma, concorrem, além da modalidade do dever (que é a mais forte, já que se trata de um discurso prescritivo), também as modalidades do querer e do poder. A primeira delas cria no usuário o desejo de bem falar e escrever a língua (querer-fazer) e se manifesta através de duas estratégias básicas: a) qualificar um dado uso como bom, correto, elegante (valores éticos e estéticos); b) referendá-lo por usuários de prestígio (as pessoas cultas e os grandes escritores), modalizados, sobretudo, por um saber-fazer (= expressar-se segundo os cânones da boa linguagem). Tornam-se, assim, modelos de elegância estética e correção ética a serem imitados. A autoridade desses usuários é tão grande que eles são invocados não só para corroborar uma regra, mas, não raras vezes, também para contestá-la, como se vê no trecho que segue:

(06) O interrogativo – o que?, embora condenado por illustres grammaticos como Julio Ribeiro, Dr. Augusto Freire e outros, tem sido modernamente autorizado por escriptores de bom quilate, como - A.Castilho, Garrett, A. Herculano, L. Coelho, Rabello da Silva. Coincide com essas autoridades o uso popular. (p. 91)

O poder, por sua vez, cria o regime da facultatividade (aquilo que é possível, admitido ou permitido), ou seja, as variantes que podem (ou não) ser nos limites de aceitação da norma. Há, assim, usos que são igualmente possíveis e recomendados (embora possam variar em graus de elegância e/ou correção), outros admitidos, mas apenas em determinadas áreas, e ainda outros que são, que existem, mas que não são recomendados (ou chegam mesmo a ser condenados, já quase no limite da proibição). Vejamos como essas questões se manifestam nos diferentes tipos de variação linguística.

Em relação à variação diacrônica, o autor aceita o fato de que as línguas mudam, evoluem, embora isso signifique, paralelamente, que o “bom uso” também muda com o tempo. Por isso, valoriza mais os clássicos modernos, cuja linguagem é mais compatível com o estado atual do português: “dada a evolução da língua, não se póde provar, em boa logica, a vernaculidade actual de uma expressão qualquer com a autoridade de um classico antigo” (p. VIII). Há, assim, usos antigos – atribuídos ao “velho portuguez” (sem referência clara à época) – ou seja, fatos linguísticos que estão fora de uso, que são antiquados, embora sejam possíveis e aceitáveis em alguns casos/domínios, e usos modernos, que são preferíveis.

(07) As formas *mártyre*, *felice*, *rapace*, etc., são formas arcaicas, isto é, do velho português, que hoje só são admissíveis na poesia. O mesmo acontece com *Marvote*, *pagano*, etc. Não são taes formas, em rigor metaplasmos, mas formas antigas. (p. 31)

É interessante observar que as mudanças linguísticas que ocorrem são, não raras vezes, atribuídas ao povo e classificadas como “simplificação”. Constrói-se, assim, um simulacro do povo como agente de mudanças, embora nem todas sejam bem-vindas (possíveis e permitidas). A ideia de que o falante corrompe a língua também aparece na obra, sobretudo nas partes em que predomina o discurso da má norma (vícios de linguagem).

Pereira reconhece também a filiação do português ao latim como algo positivo – trata-se de línguas gramaticalmente muito próximas, o que permite que se recorra, frequentemente, ao latim para justificar e explicar os fatos atuais do português – e chega inclusive a admitir que nossa língua tem mais afinidades com a língua-mãe do que os outros idiomas latinos. Há, ao longo do texto, comparações frequentes entre o português e o latim (e mesmo entre o português e o grego), sem que haja, no entanto, qualquer juízo de valor.

Já no que diz respeito à variação geográfica, são apontadas, com frequência, diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil, sem que isso, em geral, seja valorizado positiva ou negativamente, ou seja, são usos igualmente possíveis e permitidos, como no exemplo 8 abaixo. Há, no entanto, casos em que certos usos do português do Brasil são classificados como errados ou vulgares (devem não-ser), como no exemplo 04 já apresentado:

(08) É mais commum entre nós, o singular – uma calça, uma ceroula, uma tesoura, quando designam um só objecto, se bem que em Portugal se diga, na boa linguagem, umas calças, umas ceroulas e umas tesouras. (p. 73)

Os comentários relacionados à variação interna do português do Brasil são bastante raros e pontuais, restringindo-se às diferenças lexicais e, principalmente, às fonéticas entre os dialetos do norte e do sul e entre o de Minas Gerais e o de São Paulo. A comparação entre o português e outras línguas modernas (neo-latinas ou não) também se faz presente na gramática. A influência do francês, língua de prestígio na época (início do século XX), é, em geral, vista como nefasta para o português, o que remete à atitude purista, vinculada ao discurso da boa norma, que insiste na necessidade de defender a língua contra quaisquer alterações, entre as quais a incorporação de estrangeirismos, o que faz lembrar a epígrafe de A. Darmesteter, que atribui essa função à gramática:

(09) Mais do que qualquer outra língua, tem o francez concorrido para abastardar ou barbarizar a nossa. (...) Muitos GALLICISMOS já foram definitivamente incorporados na lingua ou por necessidade ou por uso prolongado e universal (...). Outros gallicismos, porém, são verdadeiras deturpações da lingua, contra os quaes devemos estar premunidos. (p. 237)

Os registros sócio-culturais deixam antever diferentes possibilidades de emprego da língua. Se os usos, na maioria das vezes, são hierarquizados como melhores ou piores - o que é compatível com o discurso da boa e da má norma que predomina na gramática - há casos em que determinados usos co-existem em posição de igualdade (são igualmente possíveis e aceitáveis), apenas mostrando-se mais ligados a um certo domínio ou período:

(10) Ario é a forma erudita e eiro a popular de um mesmo suffixo. (p. 157)

(11) É clássico, porém modernamente pouco usado, o emprego INTERROGATIVO de CUJO. (p. 278)

O termo "uso", nesse caso, perde a acepção de "bom uso" e passa a significar a frequência com que determinados termos ou expressões são utilizados. Com isso, a obra de Pereira aproxima-se, algumas vezes, de uma gramática de usos (descritiva e explicativa dos diferentes usos), mas sem chegar lá, visto que, além de não haver um exame sistemático da variação, a noção de "bom uso" acaba prevalecendo.

A variação de registros pode, assim, ser resumida em três vertentes principais: a) o uso das pessoas cultas e dos clássicos modernos, que aparece como o único uso, ao mesmo tempo, possível e prescrito (aquele que pode/deve ser: "bom uso"); b) usos possíveis, embora nem sempre recomendados (registro popular, registro familiar, nos limites da norma); c) usos impossíveis e/ou proibidos (que não podem ser e que devem-não ser, porque se situam fora da norma). Já as modalidades da língua são pouco exploradas na gramática e se limitam ao reconhecimento das "relações íntimas" que se estabelecem "entre a linguagem falada e a escripta" (p. 34).

Os contratos que se estabelecem entre enunciador e enunciatário, no âmbito da modalização (em sentido amplo), incluem outros procedimentos, além das modalidades do querer, do poder e do dever (ser e fazer). Entre eles, citamos os valores, que também contribuem para a organização persuasiva do discurso. Há, na obra em exame, valores de três ordens diferentes: a) os da ordem do inteligível, do racional, que mostram a boa norma como proveitosa/útil e como necessária/prescrita, para que o

enunciatório queira e deva usá-la (valores éticos); b) os de ordem sensorial, que mostram a boa norma como desejável, porque é mais bonita, mais elegante ou soa melhor (valores estéticos); c) os de ordem afetiva ou passional, que mostram a boa norma como interessante e atraente do ponto de vista afetivo, sobretudo porque usá-la significa demonstrar amor à pátria.⁷ Todos esses valores se fazem presentes, em maior ou menor grau, na obra de Pereira. Parecem predominar, no entanto, os valores éticos (ligados à questão da correção) e estéticos (relacionados à beleza, elegância, sonoridade da boa norma, que é identificada à própria língua e contraposta à má norma).

Em suma: o exame da modalização (modalidades e valores) dos sujeitos e objetos envolvidos, que determina os contratos entre enunciador e enunciatório, deixa entrever uma mistura de normas, com predominância do discurso da boa e da má norma, de caráter prescritivo, que constrói uma imagem de língua heterogênea, mas com usos hierarquizados (uns são melhores que outros, porque mais corretos, bonitos, elegantes). Os usos linguísticos que podem-ser, que se quer que sejam, mas que, sobretudo, devem-ser são referendados pelos usuários de prestígio, as pessoas cultas e os escritores (principalmente os clássicos modernos portugueses). Esse discurso prescritivo instaura no falante a obrigação (dever-fazer) não só de bem falar e escrever (já que isso demonstra, por extensão, amor à pátria – argumento de ordem afetiva), mas também de proteger e defender a língua contra influências nefastas que possam desfigurá-la ou corrompê-la, entre elas a incorporação de estrangeirismos, oriundos, principalmente, do francês (atitude purista).

Muitas vezes, no entanto, os bons usos são apresentados como usos naturais, tornando-se a boa norma “a” norma própria da língua (modalização pelo ser). Nesse caso, mais do que a busca de uma concepção homogeneizante, com um certo “apagamento” da variação, constitui-se uma imagem da língua como sujeito que, por si só, exige/repele certos usos, o que é, de certa forma, compatível com a concepção de língua que vigorava no início do século XX: a de um organismo vivo que nasce, cresce e morre:

(12) A lingua, porem, repeliu o neutro, e por analogia estendeu a noção do genero grammatical aos substantivos que designam coisas inanimadas (p. 59)

A ausência de norma – todos os usos, todas as variedades são, existem e se equivalem, sem que um(a) seja melhor que o(a) outro(a) – também aparece na obra, embora em menor grau que os

7. A má norma, em contrapartida, aparece como prejudicial, proibida e impossível (argumentos da ordem do inteligível); como feia ou deselegante (argumentos da ordem sensorial) e indesejável ou desinteressante (argumentos de ordem afetiva).

dois outros tipos de norma – a norma única e a norma prescritiva. O que passa a valer aqui, como já observamos, é a frequência de uso (vide exemplo 11).

No que se referente às projeções de pessoa, segunda questão a ser examinada no âmbito dos contratos entre enunciador e enunciatário, podemos dizer que predominam, no texto, o ele(s) enuncivo e o nós enunciativo. Em nenhum momento, o enunciador se serve da 1ª pessoa do singular para construir seu discurso, mesmo quando quer contrapor-se a outro(s) estudioso(s) ou marcar posição própria. De fato, o uso do “eu” criaria um efeito de sentido de subjetividade que não cabe num discurso que se propõe científico.

A 3ª pessoa (do singular ou do plural) é empregada em três situações: (a) para criar um efeito de sentido de objetividade, próprio do discurso da ciência, predominando, portanto, nas definições, classificações e explanação sobre a língua. Ex.: “Os casos rectos correspondem ao *nominativo* latino: os casos *oblíquos* – *me, te, se, nos, vos*, correspondem ao acusativo, e, às vezes, ao dativo...” (p. 285); (b) para se contrapor ao nós: nesse caso, o autor assume uma certa distância em relação às teorias gramaticais vigentes para poder questioná-las e contestá-las (integral ou parcialmente), opondo, assim, o nós (= eu, autor da gramática) ao ele(s) (= os gramáticos como um todo ou um determinado membro do grupo, citado nominalmente). Ex.: “A tradição latina e a subtileza da distinção entre extensão, timbre e intensidade das vogaes são a fonte constante de baralhamento entre os grammaticos.” (p. 24); (c) em lugar da 1ª do plural: nesse caso, o autor usa a 3ª pessoa do plural em “os gramáticos”, em lugar de “nós, os gramáticos” (nós exclusivo = eu + eles) para produzir o efeito de sentido de identificação com os gramáticos de sua época, de “pertencimento” ao grupo, ou pelo menos a uma parte dele. Ex.: “São estas fórmulas semelhantes às dos verbos pronominaes essenciaes, e o pronome se, como ensinam os grammaticos, indica uma certa *espontaneidade* do sujeito.” (p. 135)

Assim, sem deixar de participar dos discursos gramaticais vigentes, fato comprovado pela lista de “mestres de reconhecida competência” que cita no prólogo de sua obra (p. VIII), Pereira se permite questionar e contestar esses mesmos discursos, assumindo, muitas vezes, uma posição diferente e/ou divergente, ainda que o faça, via de regra, apoiado na autoridade de algum (outro) estudioso ou mesmo na dos clássicos e não na dele própria. Não podemos perder de vista que o autor se apresenta como professor que sentiu necessidade de “abrir caminho próprio” (Prólogo, p. VII), o que justificaria não só concordâncias como também discordâncias em relação às teorias gramaticais de sua época.

Já a projeção enunciativa em 1ª pessoa do plural (nós), aparece em três situações: (a) como plural de autor (nós, em lugar de eu): o enunciador fala em nome da ciência, do saber, criando um efeito de sentido de autoridade, conhecimento e cientificidade. Ex.: “Será, de certo, de utilidade complementar estas regras geraes dos dois mestres com alguns conselhos especiaes.” (p. 306); (b) como 1ª pessoa

do plural mesmo, como nós inclusivo (eu + vocês, destinatários da gramática). Ex: “Já estudamos os diversos processos da língua para formação da passiva (...). Como vimos, tres são esses processos...” (p. 297); (c) como 1ª pessoa do plural, novamente, mas, desta vez, como nós misto (nós, usuários/falantes da língua; nós, brasileiros). Ex: “O barbarismo tão espalhado entre nós do verbo *ter* pelo verbo *haver*...” (p.239).

Em resumo: as projeções de pessoa deixam entrever, fundamentalmente, um efeito de sentido de objetividade (própria de um discurso didático-científico, de cunho temático), que se manifesta tanto no emprego da 3ª pessoa quanto na utilização do plural de autor, e um diálogo com os discursos gramaticais vigentes, que pode manifestar-se ora como adesão (os gramáticos = nós), ora como oposição (os gramáticos *versus* nós).

As projeções de tempo mais usadas na gramática de Eduardo Carlos Pereira são: (a) o presente omnitemporal ou gnômico, apropriado ao discurso da norma única, natural, que se apresenta como uma verdade eterna. Ex.: “Linguagem é a expressão do pensamento por meio de palavras.” (p.1); (b) o presente pontual, o futuro do presente e o pretérito perfeito, utilizados para organizar temporalmente o discurso da gramática e indicar o que está sendo feito, o que será feito nas partes seguintes e o que foi feito nas anteriores. Ex.: “Já estudamos os diversos processos da língua para formação da passiva, cumpre-nos agora discriminar-lhe o uso...” (p. 297); (c) o presente durativo, em geral, associado ao pretérito perfeito para descrever, respectivamente, fatos linguísticos da atualidade e fatos anteriores. Ex: “Representou esta figura papel importante na evolução da língua; hoje, porém, só se dá como vício de pronuncia...” (p. 33); (d) o futuro do presente, empregado em duas situações, além da citada em (b): - para indicar ordem ou dever-fazer (ao invés do imperativo); - em lugar do presente, para produzir o efeito de atenuação (futuro de polidez) ou para indicar suposição ou dúvida (futuro de probabilidade). Ex.: “Graphar-se-ão com z e não com s as syllabas tônicas finaes...” (p. 46) – futuro com valor deôntico; “Aqui, porém, no Brasil, nenhuma pessoa culta o fará...” (p. 82) – futuro pelo presente; (e) o futuro do pretérito, usado pelo futuro do presente para acentuar a atenuação própria do futuro, denotando probabilidade incerta. Ex.: “Seria de toda a conveniência aproveitar-se essa corrente prosódica em favor da unidade ortografica, e fixar o z para as tônicas e o s para as átonas...” (p. 27); (f) o imperativo, que não diz respeito à temporalidade propriamente, mas à modalização do discurso (empregado na construção da norma prescritiva). Ex.: “Escreva-se – amá-lo, âma-lo...” (p. 43)

As projeções de tempo, como é possível ver, favorecem ora o discurso da norma única (presente gnômico); ora o da norma prescritiva (imperativo, futuro com valor deôntico); ora o da norma de frequência de uso (futuro do presente pelo presente e futuro do pretérito pelo futuro do presente). Predominam, no entanto, o imperativo/futuro com valor deôntico e o presente gnômico, o que sugere a

passagem do “normativo” ao “normal”, ao “natural”, como já sinalizamos. Assim, a boa norma torna-se “a” norma da língua.

Examinemos agora as determinações do contexto sócio-histórico, através de duas vertentes principais: a) os temas e figuras, elementos semânticos do discurso que constituem a maneira de ver o mundo numa determinada formação social, revelando as relações que a linguagem mantém com a ideologia; b) os outros textos com os quais o texto em questão dialoga (intertextualidade).

Como se trata de um discurso predominantemente temático, dado o seu caráter didático-científico, conforme já afirmamos, são bastante raras as figuras ao longo da exposição teórica. Estas aparecem, sobretudo, nos exemplos, tal como propõe Barros (1999) no seu estudo de gramáticas e dicionários. Assim, limitar-nos-emos a apontar os principais percursos temáticos que permeiam o discurso da norma – que, nesse sentido, pode ser tomado como uma espécie de percurso temático dominante –, reforçando-o e enriquecendo-o:

(a) Percurso temático da moral e dos bons costumes, o que é compatível com uma obra que pretende também formar o caráter do aluno. Esse discurso de manifesta, sobretudo, nos exemplos tomados de empréstimo à sabedoria popular (provérbios e ditos populares). Exemplos:

(13) Os vícios antecipam a velhice e as virtudes a retardam. (M. M) (p. 245)

(14) Quem COM FERRO fere, COM FERRO será ferido. (p. 199)

(b) Percurso temático ético-cristão, que inclui passagens do Evangelho. Exemplos:

(15) Antes que o gallo cante a segunda vez, me hás de tu negar três vezes. (A. P.) (p. 145)

(16) Os céos e o mar e a terra APREGOA a gloria de Deus. (p. 203)

(c) Percurso temático histórico, filosófico e artístico (literário), que contribui para construir um simulacro do autor como um homem erudito e bem informado. Exemplos:

(17) Na estatuaria passou Phidias e Lysippo; na pintura Timantes e Appelles; na architectura passou Meliagenes e Democrates; na música passou Orpheu e Amphion. (A. V.) (p. 204)

(18) Até Bruto ergueu-se contra Cesar. (p. 317).

(d) Percurso temático de valorização da pátria, que se manifesta, sobretudo, nos exemplos criados pelo próprio autor, também ele um usuário de prestígio. Exemplos:

(19) Não só a família deve ser amada, mas a pátria. (p. 144)

(20) O amor á pátria e á humanidade ennobrece e dignifica o caracter moral. (p. 181)

Quanto à questão da intertextualidade, além de ser atravessada pelas várias formações discursivas⁸ em que se inserem os percursos temáticos examinados (respectivamente, a FD do senso comum, a FD religiosa, a FD cultural, a FD patriótico-nacionalista), que, como dissemos, reforçam o “discurso da norma”, a obra analisada estabelece uma relação dialógica com as teorias gramaticais vigentes em sua época - a “corrente moderna” (histórica) e a “corrente tradicional” (filosófica) - ora aderindo ora se opondo a elas. Nesse sentido, Pereira realmente abre seu próprio caminho, como propõe no prólogo da obra, apresentando um duplo discurso de incorporação e de resistência.

A obra é perpassada ainda pela FD biológica/evolucionista (calcada nos trabalhos de Darwin e, posteriormente, de Mendel), que influenciou largamente os estudos linguísticos no final do século XIX/início do XX. A concepção da língua como um organismo vivo, que por si só aceita/repele certos usos, não chega a constituir um percurso temático específico, mas desponta em certos momentos da obra, como já vimos.

Não podemos esquecer-nos ainda da “luminosa polemica” referente à redação do Código Civil que se travou entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro (FD jurídica), que, segundo consta no prólogo da obra, rendeu a Eduardo Carlos Pereira “largo subsidio” na “pesquisa de exemplos clássicos” (p. VIII), e ainda dos programas oficiais e das leis de organização do ensino ginasial e secundário (FD governamental) com que nosso autor “dialoga”, conforme ele mesmo destaca no prólogo da obra, embora, em nenhum momento, ele se dê ao trabalho de fornecer ao leitor as referências ou indicações completas de tais programas e leis, pressupondo, provavelmente, um interlocutor (professor/aluno) familiarizado com elas.

Constatamos, pois, que, na gramática em estudo, cruzam-se (dialogam ou confrontam-se) diversos discursos (ou formações discursiva) que contribuem, conjuntamente, para a construção do discurso da norma.

8. A noção de formação discursiva utilizada no presente trabalho encontra-se em Fiorin (1988, p. 32), que semiotiza essa noção, definindo-a como “um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo”.

Algumas palavras para concluir

A análise semiótica da *Grammatica* de Pereira testemunha o esforço do autor para construir seu próprio discurso e sua própria prática. No entanto, como foi dito, os escritores portugueses ainda predominam como “locutores de prestígio” para ilustrar e corroborar a teoria gramatical exposta, o que pode ser explicado pelo momento de produção da obra: início do processo de gramatização brasileira do português, em que a ruptura com o, digamos, “modelo antigo” não se dá por completo. Assim, a concepção de uma língua do Brasil precisaria de maior tempo para ganhar contornos mais nítidos, o que só aconteceria, de fato, a partir do movimento modernista de 1922.

De qualquer forma, não podemos negar que Eduardo Carlos Pereira mostra-se um autor em plena sintonia com o momento sócio-histórico-ideológico em que viveu, o que talvez explique o sucesso da *Grammatica* nas salas de aula: de 1907, data da 1ª edição, até meados do século XX., quando foi publicada a 114ª – e última – edição⁹.

Artigo recebido: 18/08/2011

Artigo aceito: 30/11/2011

Referências

- AUROUX, Sylvain. La révolution technologique de la grammatisation. Liège: Mardaga, 1994. 216p.
- BARROS, Diana L. P. Conceitos e imagens da norma no português falado no Brasil: o discurso da gramática. São Paulo: USP, 1999. 79p. (relatório de pesquisa)
- BERTRAND, Denis. Caminhos da semiótica literária. Bauru: EDUSC, 2003. 442p.
- FÁVERO, Leonor L. As concepções linguísticas do século XVIII. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. 306p.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 1988. 87p.
- GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1993. v. 1. 454 p.
- MOLINA, Márcia A. G. Um estudo descritivo-analítico da Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira, 2004. 2 vs. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo.

9. Esse dado foi levantado por Molina (2004).

ORLANDI, Eni. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. Línguas e instrumentos lingüísticos. Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000.

PEREIRA, Eduardo Carlos. Grammatica expositiva – curso superior. 46. ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Nacional, 1926. 390p.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (org.). Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002. p. 155-177.